



Seminário de Projetos de Ensino

Diretoria de Planejamento e Projetos Educacionais - Dproj/Proeg
19 a 21 de setembro de 2018

**Tema: SOCIEDADE E UNIVERSIDADE
SABERES E VIVÊNCIAS REGIONAIS**

ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NA UNIFESSPA: VIVÊNCIA E EXPERIÊNCIAS DE BOLSISTAS

Carlos Gabriel Moreira de Sousa¹ - Unifesspa
Yanka Beatriz Milhomens de Sousa (Apresentadora)² – Unifesspa Lucélia
Cardoso (Coordenadora do Projeto)³ - Unifesspa

Agência Financiadora PROEG/NAIA

Eixo Temático/Área de Conhecimento: Educação Especial

1. RESUMO:

O presente trabalho se propõe apresentar a descrição e reflexões sobre a experiência de bolsista apoiador de inclusão e acessibilidade do Núcleo de Acessibilidade e Inclusão Acadêmica da UNIFESSPA durante o ano de 2018. Busca-se descrever trajetórias dos bolsistas no apoio a uma discente com deficiência física, interações com os pares e professores na dinâmica das aulas, assim como refletir sobre o papel do bolsista apoiador. Ao considerarmos o direito a educação da aluna, o papel do NAIA e de seus bolsistas, os serviços de apoio prestados, trazem contribuições no processo de acesso ao conhecimento próprio do curso da aluna e na realização das atividades acadêmicas. Contudo, cumpre ressaltar a necessidade de aprimoramento na prática pedagógica e interação com a aluna e disponibilização de recursos de tecnologias assistivas para uso cotidiano, inclusive nos laboratórios. O bolsista apoiador contribui para propiciar condições de acessibilidade à inclusão e participação na aprendizagem, atuação está avaliada pela aluna, como essencial.

Palavras chave: Educação Especial, acessibilidade.

2. INTRODUÇÃO

A democratização do acesso ao ensino superior é garantida legalmente, com oferta de condições especializadas nos processos seletivos – ENEM – e através de políticas de ações afirmativas, como as reservas de vagas para pessoas com deficiência.

As pessoas com deficiência e demais oriundas das camadas populares, em governos favoráveis a democratização do acesso, como o Partido dos Trabalhadores (e o momento de estabilidade econômica no país), inclusive reunindo condições mais estimuladoras para a criação de núcleos de acessibilidade nas Universidades Federais (MARTINS, LEITE; LACERDA, 2015).

A educação especial é uma modalidade da educação, que tem o papel oferecer serviços específicos às pessoas com deficiência, transtorno do espectro autista e altas habilidades/superdotação para que possam progredir e ter sucesso acadêmico nos diversos níveis da educação (BRASIL, 1996; 2015).

Neste trabalho, enfocamos como a atuação de um bolsista de apoio a inclusão e acessibilidade, pode favorecer esse processo, especialmente, no caso de uma aluna com mobilidade reduzida e paralisia cerebral, que diariamente, em função das barreiras arquitetônicas e físicas, enfrenta desafios para sua locomoção, demandando apoio direto do bolsista apoiador de inclusão e acessibilidade. A este respeito, num estudo de Moreira (2003, p. 87) sinalizou-se que:

¹ Graduando do Curso de Licenciatura Plena em Ciências Sociais, (FACSAT/ICH/UNIFESSPA), Bolsista do Programa de Apoio a Pessoa com Deficiência. E-mail : sarutomi.yukari1@gmail.com .

² Graduando do Curso de Licenciatura Plena em Química(FAQUIM/ICE/Unifesspa). Bolsista do Programa de Apoio a Pessoa com Deficiência.. E-mail: yankamilhomens96@gmail.com .

³ Doutora em Educação Especial pela UFSCAR . Professora Titular Adjunta da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (FACED/ICH/Unifesspa). Coordenadora do Núcleo de Acessibilidade e Inclusão Acadêmica. Email: luceliaccr14@gmail.com .



Seminário de Projetos de Ensino

Diretoria de Planejamento e Projetos Educacionais - Dproj/Proeg
19 a 21 de setembro de 2018

**Tema: SOCIEDADE E UNIVERSIDADE
SABERES E VIVÊNCIAS REGIONAIS**

As barreiras arquitetônicas foram apontadas em 15 coordenadores como um dos problemas que precisam ser revistos nas instituições de ensino superior, evidenciando que a maioria apresenta prédios com grandes entraves físicos, que vão desde a falta de rampas e corrimões nas escadas até banheiros adaptados.

Essa é uma problemática ainda presente em nossa universidade, a existência de barreiras de diversas naturezas, que precisam ser eliminadas para a efetivação da política de educação inclusiva na educação superior, como preconizada na Lei de Acessibilidade (2000) e Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/96 (BRASIL, 1996).

Assim, diante desses desafios, é necessário conhecer e analisar como a atuação do bolsista apoiador tem contribuindo para a superação de algumas barreiras que obstaculizam o desempenho com autonomia e independência de uma aluna com paralisia cerebral no contexto da Unifesspa.

3. MATERIAIS E MÉTODOS

A produção deste trabalho, deu-se a partir de uma abordagem qualitativa no registro e exploração dos dados em documentos. Assim como diários de bolsistas, no qual se realiza anotações sobre o processo de acompanhamento da aluna com deficiência no contexto de sala de aula e seus relatos. Foram realizadas sessões de observação direto no ambiente.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ao considerarmos os requisitos de acessibilidade no contexto de uma instituição de ensino, podemos pontuar que na busca de garantir condições de inclusão, a experiência com a aluna com paralisia cerebral, tem sido repleta de desafios, não somente referente as condições arquitetônica dos prédios onde funciona seu curso, como também barreiras físicas, falta de acessibilidade nas vias de acesso, condições acessíveis restritas, com falta de elevadores e rampas de acesso. Some-se a isso, o fato de que a cadeira de rodas manual aliado ao terreno declinado do campus, exige um esforço maior do bolsista apoiador no processo de locomoção nos espaços, com muitas barreiras que precisam ser suprimidas em reformas e construções na universidade.

Quanto as barreiras pedagógicas, é possível observar que o professor universitário, em sua maioria não possui formações específicas de como lidar com condições de deficiência, incluindo a paralisia cerebral. Há uma forte dependência da atuação do bolsista apoiador, inclusive na comunicação com a aluna que é mediada comumente pelos bolsistas. A compreensão do conteúdo comunicativo da aluna, é passível de entendimento e requer um tempo maior que precisa ser considerado por todos que interagem com a aluna, colegas, professores e bolsistas.

O trabalho do bolsista apoiador, precisa ser compreendido pela comunidade universitária, que figura como um apoio a mais. A prática pedagógica inclusiva é do corpo docente, assim como as atitudes inclusivas precisam fazer parte da cultura universitária. Para tanto, destaca-se que o papel do bolsista apoiador, consiste em “Realizar o acompanhamento nas aulas e demais atividades acadêmicas diretamente ligadas ao curso, tendo em vista o acesso, participação e aprendizagem do aluno apoiado. (RABELO, 2018)”. Não ocorre interferências na questão de ensino de conteúdo, ou nas respostas da aluna em suas atividades acadêmicas, os serviços de apoio, estão relacionados às questões de acessibilidade que compõe o conjunto de serviços em educação especial.

Como apoiadores, há um esforço de construirmos relações e interações inclusivas com a aluna que conta com nosso apoio, e seus professores e colegas de turmas. Contudo, ressentem-se de muitos desafios a serem superados. Dentre eles destacamos a compreensão do real papel do bolsista apoiador, a assunção de compromisso de todos pela inclusão e a inovação metodológica numa perspectiva inclusiva por parte do professorado que precisa encontrar uma sintonia na promoção das melhores condições acessíveis à aluna.



Seminário de Projetos de Ensino

Diretoria de Planejamento e Projetos Educacionais - Dproj/Proeg
19 a 21 de setembro de 2018

**Tema: SOCIEDADE E UNIVERSIDADE
SABERES E VIVÊNCIAS REGIONAIS**

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este relato evidencia a necessidade de transformação cultural necessária no contexto da UNIFESSPA, na superação de barreiras atitudinais, pedagógicas e arquitetônicas, para que de fato se efetive condições básicas para a inclusão na educação superior. O papel de apoios como o do bolsista de inclusão e acessibilidade, precisa ser reconhecido nos contextos da universidade, valorizado como um auxílio ao trabalho do professor no processo de inclusão acadêmica.

6. REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei Nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000.** Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L10098.htm Acesso em: 20/08/18.

_____. Decreto nº 5.296/04 de 2 de dezembro de 2004. **Normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.** Brasília, DF. Disponível em : http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato20042006/2004/Decreto/D5296.htm, Acesso em: 01/09/2018.

MARTINS, Diléia Aparecida; LEITE, Lúcia Pereira; LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de . **Políticas públicas para acesso de pessoas com deficiência ao ensino superior brasileiro: uma análise de indicadores educacionais.** Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ensaio/v23n89/1809-4465-ensaio-2389-0984.pdf> , Acesso : 01/09/2018.

_____. Ministério da Educação. **DOCUMENTÁRIO SUBSIDIÁRIO – À POLÍTICA DE INCLUSÃO.** Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/livro%20educacao%20inclusiva.pdf>. Acesso em: 02/09/2018.

MOREIRA, Laura Ceretta. In: RIBEIRO, Maria Luisa Sprovieri; BAUMEL, Roseli Cecília Rocha de Carvalho. **EDUCAÇÃO ESPECIAL – Do Querer ao Fazer.** São Paulo, AVERCAMP Editora, 2003. p. 81 - 93.